



MAUÁ – SP

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ -
SÃO PAULO - SP**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO
BÁSICA II – PEB II – HISTÓRIA**

**EDITAL DE ABERTURA – PROCESSO SELE-
TIVO Nº 01/2025**

**CÓD: OP-023FV-25
7908403569144**

Língua Portuguesa

1. Ortografia oficial	7
2. Acentuação gráfica.....	7
3. Flexão nominal e verbal; Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação; Emprego de tempos e modos verbais; Vozes do verbo.....	8
4. Concordância nominal e verbal	15
5. Regência nominal e verbal.....	17
6. Ocorrência de crase	18
7. Pontuação	19
8. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas)	20
9. Intelecção de texto	21

Conhecimentos Pedagógicos e Legislação

1. Os diferentes ritmos na construção do conhecimento.....	35
2. Integração escola, família e comunidade.....	36
3. O papel do professor no mundo atual.....	37
4. Constituição da República Federativa do Brasil – Artigo 5º, Artigos 37 ao 41, 205 a 214 e 227 ao 229	38
5. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.....	49
6. Lei Federal nº. 9394, de 20/12/1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	89
7. Resolução CNE/CEB nº. 02, de 11 de setembro de 2001 – Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica	108
8. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009 - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.....	111
9. Resolução CNE/CP nº 04/2010 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica	113
10. Resolução CNE/CP nº 02/2017 – Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.	123

Bibliografia

1. BACICH, L.; MORAN, J. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2017.....	133
2. CHRISPINO, Á. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. In: Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.15, n.54, p. 11-28, jan./mar. 2007	133
3. LERNER, Delia — Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. 1ª ed. Artmed, 2002	134
4. LUCKESI, Cipriano C. — Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Preposições. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2011	134
5. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Abrindo as escolas às diferenças, capítulo 5, in: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org.) Pensando e Fazendo Educação de Qualidade. São Paulo: Moderna, 2001	134
6. MORAN, J. Educação híbrida: um conceito chave para a educação, hoje. Texto publicado no livro Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação, organizado por BACICH, TANZI & TREVISANI – Porto Alegre: Penso, 2015	135
7. MORAN, J. Por onde começar a transformar nossas escolas? Texto publicado do livro “A Educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá”. Cap. 6. 6ª Reimpressão. Campinas: Papyrus, 2016. Páginas 145-165	137
8. SOLÉ, Isabel — Estratégias de Leitura. 6ª ed. Penso, s.d	137

9. VASCONCELLOS, Celso dos Santos — Indisciplina e disciplina escolar: Fundamentos para o trabalho docente. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.....	140
10. WEISZ, Telma — O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem. 2ª ed. Ática, 2000.....	141
11. ZABALA, A. — A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.....	141

Conhecimentos Específicos

Professor De Educação Básica II – PEB II – História

1. Base Nacional Comum Curricular - Educação é a base. – Assuntos relacionados à HISTÓRIA.....	143
2. Ensino de História: Saber histórico escolar	144
3. Seleção e organização de conteúdos históricos: metodologia do ensino de História.....	144
4. Trabalho com documentos e diferentes linguagens no ensino de História	145
5. Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia.....	146
6. História e temporalidade	146
7. História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil.....	147
8. História nacional, regional e local	148
9. História brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo	149
10. História da América e suas identidades: lutas sociais e identidades: sociais, culturais e nacionais	150
11. História do mundo Ocidental: legados culturais da Antiguidade Clássica, convívios e confrontos entre povos e culturas na Europa medieval	151
12. História africana e suas relações com a Europa e a América	152
13. Lutas sociais, cidadania e cultura no mundo capitalista	153

LÍNGUA PORTUGUESA

ORTOGRAFIA OFICIAL

A ortografia oficial diz respeito às regras gramaticais referentes à escrita correta das palavras. Para melhor entendê-las, é preciso analisar caso a caso. Lembre-se de que a melhor maneira de memorizar a ortografia correta de uma língua é por meio da leitura, que também faz aumentar o vocabulário do leitor.

Neste texto serão abordadas regras para dúvidas frequentes entre os falantes do português. No entanto, é importante ressaltar que existem inúmeras exceções para essas regras, portanto, fique atento!

Alfabeto

O primeiro passo para compreender a ortografia oficial é conhecer o alfabeto (os sinais gráficos e seus sons). No português, o alfabeto se constitui 26 letras, divididas entre **vogais** (a, e, i, o, u) e **consoantes** (restante das letras).

Com o Novo Acordo Ortográfico, as consoantes **K**, **W** e **Y** foram reintroduzidas ao alfabeto oficial da língua portuguesa, de modo que elas são usadas apenas em duas ocorrências: **transcrição de nomes próprios e abreviaturas e símbolos de uso internacional**.

– Uso do “X”

Algumas dicas são relevantes para saber o momento de usar o X no lugar do CH:

- Depois das sílabas iniciais “me” e “en” (ex: mexerica; enxergar)
- Depois de ditongos (ex: caixa)
- Palavras de origem indígena ou africana (ex: abacaxi; orixá)

– Uso do “S” ou “Z”

Algumas regras do uso do “S” com som de “Z” podem ser observadas:

- Depois de ditongos (ex: coisa)
- Em palavras derivadas cuja palavra primitiva já se usa o “S” (ex: casa > casinha)
- Nos sufixos “ês” e “esa”, ao indicarem nacionalidade, título ou origem. (ex: portuguesa)
- Nos sufixos formadores de adjetivos “ense”, “oso” e “osa” (ex: populoso)

– Uso do “S”, “SS”, “Ç”

- “S” costuma aparecer entre uma vogal e uma consoante (ex: diversão)
- “SS” costuma aparecer entre duas vogais (ex: processo)
- “Ç” costuma aparecer em palavras estrangeiras que passaram pelo processo de aportuguesamento (ex: muçarela)

ACENTUAÇÃO GRÁFICA

A acentuação é uma das principais questões relacionadas à Ortografia Oficial, que merece um capítulo a parte. Os acentos utilizados no português são: **acento agudo** (´); **acento grave** (`); **acento circunflexo** (^); **cedilha** (,) e **til** (~).

Depois da reforma do Acordo Ortográfico, a **trema** foi excluída, de modo que ela só é utilizada na grafia de nomes e suas derivações (ex: Müller, mülleriano).

Esses são sinais gráficos que servem para modificar o som de alguma letra, sendo importantes para marcar a sonoridade e a intensidade das sílabas, e para diferenciar palavras que possuem a escrita semelhante.

A sílaba mais intensa da palavra é denominada **sílaba tônica**. A palavra pode ser classificada a partir da localização da sílaba tônica, como mostrado abaixo:

- **Oxítona**: a última sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: café)
- **Paroxítona**: a penúltima sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: automóvel)
- **Proparoxítona**: a antepenúltima sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: lâmpada)

As demais sílabas, pronunciadas de maneira mais sutil, são denominadas **sílabas átonas**.

Regras fundamentais

CLASSIFICAÇÃO	REGRAS	EXEMPLOS
OXÍTONAS	– Terminadas em A, E, O, EM, seguidas ou não do plural; – Seguidas de -LO, -LA, -LOS, -LAS	cipó(s), pé(s), armazém respeitá-la, compô-lo, comprometê-los
PAROXÍTONAS	– Terminadas em I, IS, US, UM, UNS, L, N, X, PS, Ã, ÃS, ÃO, ÃOS ditongo oral, crescente ou decrescente, seguido ou não do plural	táxi, lápis, vírus, fórum, cadáver, tórax, bíceps, ímã, órfão, órgãos, água, mágoa, pônei, ideia, geleia, paranoico, heroico
PROPAROXÍTONAS	– Todas são acentuadas	cólica, analítico, jurídico, hipérbole, último, álibi

OBS: Os ditongos “EI” e “OI” perderam o acento com o Novo Acordo Ortográfico
Regras especiais

REGRA	EXEMPLOS
Acentua-se quando “I” e “U” tônicos formarem hiato com a vogal anterior, acompanhados ou não de “S”, desde que não sejam seguidos por “NH”	saída, faísca, baú, país feíúra, Bocaiúva, Sauípe
Acentua-se a 3ª pessoa do plural do presente do indicativo dos verbos “TER” e “VIR” e seus compostos	têm, obtêm, contêm, vêm
Não são acentuados hiatos “OO” e “EE”	leem, voo, enjoo
Não são acentuadas palavras homógrafas OBS: A forma verbal “PÔDE” é uma exceção	pelo, pera, para

OBS: Não serão mais acentuados “I” e “U” tônicos formando hiato quando vierem depois de ditongo

FLEXÃO NOMINAL E VERBAL; PRONOMES: EMPREGO, FORMAS DE TRATAMENTO E COLOCAÇÃO; EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS; VOZES DO VERBO

Para entender sobre a estrutura das funções sintáticas, é preciso conhecer as classes de palavras, também conhecidas por classes morfológicas. A gramática tradicional pressupõe 10 classes gramaticais de palavras, sendo elas: adjetivo, advérbio, artigo, conjunção, interjeição, numeral, pronome, preposição, substantivo e verbo.

Veja, a seguir, as características principais de cada uma delas.

CLASSE	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
ADJETIVO	– Expressar características, qualidades ou estado dos seres – Sofre variação em número, gênero e grau	Menina inteligente ... Roupa azul-marinho ... Brincadeira de criança ... Povo brasileiro ...
ADVÉRBIO	– Indica circunstância em que ocorre o fato verbal – Não sofre variação	A ajuda chegou tarde . A mulher trabalha muito . Ele dirigia mal .
ARTIGO	– Determina os substantivos (de modo definido ou indefinido) Varia em gênero e número	A galinha botou um ovo. Uma menina deixou a mochila no ônibus.
CONJUNÇÃO	– Liga ideias e sentenças (conhecida também como conectivos) – Não sofre variação	Não gosto de refrigerante nem de pizza. Eu vou para a praia ou para a cachoeira?
INTERJEIÇÃO	– Exprime reações emotivas e sentimentos – Não sofre variação	Ah! Que calor... Escapei por pouco, ufa!
NUMERAL	– Atribui quantidade e indica posição em alguma sequência – Varia em gênero e número	Gostei muito do primeiro dia de aula. Três é a <i>metade</i> de seis.

PRONOME	– Acompanha, substitui ou faz referência ao substantivo – Varia em gênero e número	Posso ajudar, senhora ? Ela me ajudou muito com o meu trabalho. Esta é a casa onde eu moro. Que dia é hoje?
PREPOSIÇÃO	– Relaciona dois termos de uma mesma oração – Não sofre variação	Espero por você essa noite. Lucas gosta de tocar violão.
SUBSTANTIVO	– Nomeia objetos, pessoas, animais, alimentos, lugares etc. – Flexionam em gênero, número e grau.	A menina jogou sua boneca no rio . A matilha tinha muita coragem .
VERBO	– Indica ação, estado ou fenômenos da natureza – Sofre variação de acordo com suas flexões de modo, tempo, número, pessoa e voz. – Verbos não significativos são chamados verbos de ligação	Ana se exercita pela manhã. Todos parecem meio bobos. Chove muito em Manaus. A cidade é muito bonita quando vista do alto.

Substantivo

– Tipos de substantivos

Os substantivos podem ter diferentes classificações, de acordo com os conceitos apresentados abaixo:

– **Comum**: usado para nomear seres e objetos generalizados.

Exemplo: mulher; gato; cidade...

– **Próprio**: geralmente escrito com letra maiúscula, serve para especificar e particularizar.

Exemplo: Maria; Garfield; Belo Horizonte...

– **Coletivo**: é um nome no singular que expressa ideia de plural, para designar grupos e conjuntos de seres ou objetos de uma mesma espécie.

Exemplo: matilha; enxame; cardume...

– **Concreto**: nomeia algo que existe de modo independente de outro ser (objetos, pessoas, animais, lugares etc.).

Exemplo: menina; cachorro; praça...

– **Abstrato**: depende de um ser concreto para existir, designando sentimentos, estados, qualidades, ações etc.

Exemplo: saudade; sede; imaginação...

– **Primitivo**: substantivo que dá origem a outras palavras.

Exemplo: livro; água; noite...

– **Derivado**: formado a partir de outra(s) palavra(s).

Exemplo: pedreiro; livreria; noturno...

– **Simplex**: nomes formados por apenas uma palavra (um radical).

Exemplo: casa; pessoa; cheiro...

– **Composto**: nomes formados por mais de uma palavra (mais de um radical).

Exemplo: passatempo; guarda-roupa; girassol...

– Flexão de gênero

Na língua portuguesa, todo substantivo é flexionado em um dos dois gêneros possíveis: **feminino** e **masculino**.

O **substantivo biforme** é aquele que flexiona entre masculino e feminino, mudando a desinência de gênero, isto é, geralmente o final da palavra sendo **-o** ou **-a**, respectivamente (Ex: menino / menina). Há, ainda, os que se diferenciam por meio da pronúncia / acentuação (Ex: avô / avó), e aqueles em que há ausência ou presença de desinência (Ex: irmão / irmã; cantor / cantora).

O **substantivo uniforme** é aquele que possui apenas uma forma, independente do gênero, podendo ser diferenciados quanto ao gênero a partir da flexão de gênero no artigo ou adjetivo que o acompanha (Ex: a cadeira / o poste). Pode ser classificado em **epiceno** (refere-se aos animais), **sobrecomum** (refere-se a pessoas) e **comum de dois gêneros** (identificado por meio do artigo).

É preciso ficar atento à **mudança semântica** que ocorre com alguns substantivos quando usados no masculino ou no feminino, trazendo alguma especificidade em relação a ele. No exemplo “*o fruto X a fruta*” temos significados diferentes: o primeiro diz respeito ao órgão que protege a semente dos alimentos, enquanto o segundo é o termo popular para um tipo específico de fruto.

BIBLIOGRAFIA

BACICH, L.; MORAN, J. METODOLOGIAS ATIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO INOVADORA: UMA ABORDAGEM TEÓRICOPRÁTICA. PORTO ALEGRE: PENSO, 2017

“Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: uma abordagem teórico-prática” de Lilian Bacich e José Moran apresenta uma reflexão sobre a necessidade de inovação na educação, buscando explorar as possibilidades das metodologias ativas como estratégia para transformar a prática pedagógica.

A obra parte do pressuposto de que a educação deve ser entendida como um processo dinâmico e interativo, capaz de estimular a construção de conhecimentos a partir da experiência e da reflexão crítica sobre a prática pedagógica. Nesse sentido, os autores defendem a ideia de que as metodologias ativas podem ser uma estratégia eficaz para estimular a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, incentivando a construção de conhecimentos de forma colaborativa e crítica.

Ao longo da obra, os autores apresentam diversas metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, a sala de aula invertida, a gamificação e o ensino híbrido. A partir dessas metodologias, os autores buscam estimular a reflexão crítica sobre a prática pedagógica e apresentam exemplos práticos de como essas metodologias podem ser implementadas na sala de aula.

Além disso, o livro discute a importância da formação contínua dos professores e da construção de uma cultura escolar baseada na colaboração e na inovação. Os autores defendem a ideia de que a inovação na educação depende da construção de uma cultura de mudança e da capacidade de os professores experimentarem novas metodologias e práticas pedagógicas.

Esse livro é de suma importância para todos os profissionais da educação que buscam inovar na prática pedagógica, pois os autores apresentam diversas metodologias ativas e buscam estimular a reflexão crítica sobre a prática pedagógica, além de discutir a importância da formação contínua dos professores e da construção de uma cultura escolar baseada na colaboração e na inovação.

CHRISPINO, Á. GESTÃO DO CONFLITO ESCOLAR: DA CLASSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS AOS MODELOS DE MEDIAÇÃO. IN: ENSAIO: AVAL. POL. PÚBL. EDUC., RIO DE JANEIRO, V.15, N.54, P. 11-28, JAN./MAR. 2007

O artigo “Gestão do Conflito Escolar: da Classificação dos Conflitos aos Modelos de Mediação”, escrito por Álvaro Chrispino e publicado na revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, aborda a importância da gestão dos conflitos no ambiente escolar. O autor explora diferentes abordagens para compreender e lidar com os conflitos, destacando o papel da mediação como uma estratégia eficaz na resolução pacífica dessas situações.

No artigo, Chrispino discute a relevância de se compreender os conflitos no contexto educacional, considerando que a convivência em um ambiente escolar diverso e complexo pode gerar divergências e desentendimentos. Ele propõe a classificação dos conflitos em três categorias: conflitos de interesses, conflitos de valores e conflitos interpessoais.

Os conflitos de interesses surgem quando há uma disputa entre as partes envolvidas por recursos escassos ou posições contrárias. Já os conflitos de valores envolvem divergências relacionadas a crenças, princípios e concepções de mundo. Por fim, os conflitos interpessoais são aqueles que ocorrem entre indivíduos, muitas vezes motivados por desentendimentos, diferenças pessoais ou problemas de relacionamento.

Diante dessas categorias de conflitos, Chrispino destaca a importância da mediação como uma abordagem para a gestão eficaz dessas situações. A mediação consiste em um processo no qual uma terceira pessoa imparcial auxilia as partes envolvidas na identificação de interesses, na busca de soluções e na construção de acordos que atendam às necessidades de todos.

O autor apresenta diferentes modelos de mediação que podem ser aplicados no contexto escolar. Esses modelos incluem a mediação tradicional, que envolve a atuação de um mediador neutro para facilitar a comunicação entre as partes; a mediação escolar, na qual um profissional da própria escola atua como mediador; e a mediação entre pares, em que estudantes são capacitados para mediar conflitos entre seus colegas.

Chrispino ressalta que a mediação não se trata apenas de resolver os conflitos imediatos, mas também de promover a aprendizagem socioemocional dos estudantes. Por meio desse processo, os estudantes têm a oportunidade de desenvolver habilidades de comunicação, empatia, negociação e resolução de problemas, tornando-se agentes ativos na construção de um ambiente escolar mais harmonioso e colaborativo.

Em suma, o artigo de Álvaro Chrispino discute a gestão dos conflitos escolares, apresentando uma classificação dos conflitos e destacando o papel da mediação como estratégia para a resolução pacífica dessas situações. A compreensão dos diferentes tipos de conflitos e a aplicação de modelos de

mediação podem contribuir para a promoção de um ambiente escolar mais saudável, favorecendo a convivência pacífica, o diálogo e o desenvolvimento socioemocional dos estudantes.

LERNER, DELIA — LER E ESCREVER NA ESCOLA: O REAL, O POSSÍVEL E O NECESSÁRIO. 1ª ED. ARTMED, 2002

“Ler e Escrever na Escola: O Real, o Possível e o Necessário” é uma obra de Delia Lerner, publicada pela Editora Artmed em 2002. O livro aborda a importância da leitura e da escrita na escola e como essas habilidades podem ser desenvolvidas de maneira eficaz.

Lerner é uma renomada educadora e pesquisadora na área de educação, e em sua obra, ela discute a importância da leitura e da escrita como práticas vivas e vitais na escola.

Os principais pontos do livro são:

A importância da leitura e da escrita: Lerner destaca a importância da leitura e da escrita na escola, argumentando que são instrumentos poderosos que permitem a aprendizagem.

O real, o possível e o necessário: A autora discute o que é real, o que é possível e o que é necessário para a leitura e a escrita na escola. Ela argumenta que, embora seja difícil e demande tempo, a escola precisa de diretrizes básicas para o trabalho com os gêneros textuais.

A formação de leitores e escritores autônomos: Lerner defende que é papel social da escola formar leitores e escritores autônomos, mas que a instituição ainda não desenvolve essa tarefa com plenitude.

Refletindo sobre a obra, percebe-se a importância de promover a leitura e a escrita como práticas vivas e vitais na escola. A abordagem de Lerner oferece uma visão valiosa sobre como a leitura e a escrita podem ser desenvolvidas de maneira eficaz na escola. É uma leitura essencial para educadores e administradores escolares interessados em melhorar suas práticas de ensino da leitura e da escrita.

LUCKESI, CIPRIANO C. — AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: ESTUDOS E PROPOSIÇÕES. 22ª ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2011

“Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições”, de Cipriano Carlos Luckesi, é uma obra fundamental para educadores, administradores escolares e estudiosos da educação. Publicada em sua 22ª edição pela Cortez Editora em 2011, o livro oferece uma análise detalhada e crítica dos métodos e práticas de avaliação no contexto educacional. Luckesi, um dos mais respeitados pensadores da educação brasileira, traz um olhar profundo e reflexivo sobre o papel e o significado da avaliação no processo de aprendizagem.

A obra se destaca por questionar os métodos tradicionais de avaliação, frequentemente centrados em testes e provas que medem a memorização de informações em vez de um entendimento profundo ou pensamento crítico. Luckesi argumenta que a avaliação deve ser um processo contínuo e integrado ao ensino, visando não apenas medir, mas principalmente promover a aprendizagem. Ele defende

que a avaliação deve ser uma ferramenta para identificar as necessidades de aprendizagem dos alunos e orientar os educadores em suas práticas pedagógicas.

Um dos pontos centrais do livro é a necessidade de uma abordagem mais humanística e menos punitiva na avaliação. Luckesi critica o uso da avaliação como um instrumento de poder e controle, que pode gerar ansiedade e desmotivação nos alunos. Em vez disso, ele propõe que a avaliação seja utilizada de forma construtiva, como um meio para promover o desenvolvimento integral do aluno, considerando aspectos cognitivos, emocionais e sociais.

Luckesi também aborda a importância da formação dos professores no que diz respeito à avaliação. Ele sugere que os educadores devem ser preparados para implementar práticas avaliativas mais reflexivas e orientadas para o desenvolvimento do aluno. Isso inclui a capacidade de criar avaliações diversificadas e significativas, que possam realmente refletir o progresso e as necessidades dos alunos, e de usar os resultados das avaliações para aprimorar o ensino.

Além disso, o livro examina o papel das políticas educacionais na definição de práticas de avaliação e como elas podem influenciar o sistema educacional como um todo. Luckesi defende uma política educacional que valorize a aprendizagem e o desenvolvimento humano, e não apenas os resultados de avaliações padronizadas.

“Avaliação da Aprendizagem Escolar: Estudos e Proposições” é, portanto, uma leitura essencial para aqueles que buscam compreender e aprimorar as práticas de avaliação na educação. Luckesi oferece uma perspectiva rica e desafiadora, convidando educadores e formuladores de políticas a repensar a avaliação como uma parte integrante e vital do processo educacional, alinhada ao objetivo maior de formar cidadãos críticos, conscientes e capazes de aprender continuamente.

MANTOAN, MARIA TERESA EGLÉR. ABRINDO AS ESCOLAS ÀS DIFERENÇAS, CAPÍTULO 5, IN: MANTOAN, MARIA TERESA EGLÉR (ORG.) PENSANDO E FAZENDO EDUCAÇÃO DE QUALIDADE. SÃO PAULO: MODERNA, 2001

No capítulo Abrindo as Escolas às Diferenças, Maria Teresa Eglér Mantoan reflete sobre a importância da inclusão e da valorização da diversidade no ambiente escolar, defendendo uma concepção de educação que reconhece e respeita as diferenças como parte essencial do processo de aprendizagem. A autora propõe uma crítica contundente ao modelo tradicional de ensino, que tende a homogeneizar os alunos, desconsiderando suas singularidades, e defende uma escola aberta à pluralidade, capaz de acolher e potencializar as diferentes formas de ser, aprender e se expressar.

Mantoan parte da premissa de que a diferença é uma característica inerente à condição humana, não um obstáculo a ser superado. Em vez de tentar “normalizar” os alunos para que se encaixem em padrões rígidos de comportamento e desempenho, a escola deve criar condições para que cada estudante possa desenvolver suas potencialidades de forma plena. O ambiente escolar deve ser um espaço de convivência

com a diversidade, onde o respeito às diferenças não se limite ao discurso, mas se traduza em práticas pedagógicas concretas que promovam a equidade e a justiça social.

O conceito de educação inclusiva é central na argumentação da autora. Para Mantoan, a inclusão não se refere apenas à presença física de alunos com deficiência na escola regular, mas envolve uma transformação profunda nas concepções pedagógicas, nas relações interpessoais e na organização do ensino. A educação inclusiva pressupõe o reconhecimento de que todos os alunos têm o direito de aprender juntos, em ambientes que valorizem a cooperação, o diálogo e o respeito mútuo. Trata-se de um movimento que desafia práticas excludentes, baseadas em classificações, diagnósticos e separações que marginalizam aqueles que não se encaixam nos modelos tradicionais de “normalidade”.

A autora critica a lógica da homogeneização presente em muitas escolas, que busca padronizar o processo de ensino-aprendizagem, tratando os alunos de forma uniforme, sem considerar suas especificidades. Esse modelo ignora o fato de que cada estudante possui um ritmo, um estilo de aprendizagem, interesses e necessidades diferentes. A proposta de Mantoan é substituir essa lógica por uma pedagogia da diferença, que reconheça e valorize a singularidade de cada indivíduo, criando condições para que todos possam participar ativamente do processo educativo.

No âmbito da prática pedagógica, Mantoan defende a adoção de estratégias diversificadas de ensino, que atendam às múltiplas formas de aprender. Isso implica o uso de metodologias ativas, projetos interdisciplinares, atividades em grupo, recursos multimídia e abordagens flexíveis, que permitam aos alunos explorar seus talentos e desenvolver competências de diferentes maneiras. O currículo deve ser pensado de forma a garantir a participação de todos, promovendo a autonomia e o protagonismo dos estudantes no processo de aprendizagem.

A autora destaca o papel fundamental do professor como agente de transformação. O educador, segundo Mantoan, deve ser um profissional reflexivo, capaz de questionar suas práticas, desconstruir preconceitos e buscar constantemente novas formas de ensinar. O professor inclusivo é aquele que acredita no potencial de todos os seus alunos, que valoriza suas contribuições e que cria um ambiente acolhedor, onde o erro é visto como parte do processo de aprendizagem e não como um fracasso. O trabalho colaborativo entre professores, o planejamento conjunto e a troca de experiências são estratégias importantes para o desenvolvimento de uma prática pedagógica inclusiva.

Outro aspecto relevante abordado no capítulo é a importância da gestão escolar na promoção da inclusão. A abertura da escola às diferenças não depende apenas da atuação individual dos professores, mas requer uma mudança na cultura institucional, que envolva a equipe gestora, os funcionários, as famílias e a comunidade. A gestão democrática, baseada na participação de todos os envolvidos no processo educativo, é fundamental para a construção de uma escola inclusiva. Isso inclui a elaboração de projetos pedagógicos que contemplem a diversidade, a formação continuada dos profissionais da educação e o estabelecimento de parcerias com outras instituições e serviços de apoio.

Mantoan também discute a dimensão ética da educação inclusiva, destacando que o respeito à diferença é um valor fundamental para a construção de uma sociedade mais justa

e solidária. A escola tem um papel crucial na formação de cidadãos conscientes, capazes de conviver com a diversidade e de lutar contra qualquer forma de discriminação, preconceito ou exclusão. A inclusão não é apenas uma questão pedagógica, mas um compromisso ético e político com a promoção dos direitos humanos e da dignidade de todas as pessoas.

No que diz respeito à avaliação da aprendizagem, a autora propõe uma abordagem que valorize o progresso individual de cada aluno, em vez de compará-los a padrões rígidos de desempenho. A avaliação inclusiva deve considerar o percurso de aprendizagem, os avanços e as dificuldades de cada estudante, promovendo uma reflexão sobre o processo e não apenas sobre os resultados finais. Isso implica o uso de instrumentos diversificados de avaliação, que permitam identificar as potencialidades e as necessidades de cada aluno, contribuindo para o planejamento de intervenções pedagógicas mais eficazes.

Mantoan enfatiza que a inclusão não significa baixar o nível de exigência ou simplificar o currículo, mas sim repensar as práticas pedagógicas para torná-las acessíveis a todos, sem perder a complexidade e a riqueza do conhecimento. O desafio da educação inclusiva é justamente criar condições para que todos os alunos possam alcançar altos níveis de aprendizagem, respeitando suas diferenças e promovendo o desenvolvimento integral.

O capítulo *Abrindo as Escolas às Diferenças* é uma leitura essencial para educadores, gestores e profissionais da educação que buscam compreender e implementar práticas inclusivas em suas instituições. Maria Teresa Eglér Mantoan nos convida a repensar o papel da escola na sociedade contemporânea, desafiando-nos a construir um ambiente educativo que não apenas tolere, mas celebre a diversidade, reconhecendo-a como uma fonte de riqueza e de aprendizado para todos. A obra é um chamado à reflexão sobre a importância de uma educação comprometida com a equidade, a justiça social e o respeito à dignidade de cada ser humano.

MORAN, J. EDUCAÇÃO HÍBRIDA: UM CONCEITO CHAVE PARA A EDUCAÇÃO, HOJE. TEXTO PUBLICADO NO LIVRO ENSINO HÍBRIDO: PERSONALIZAÇÃO E TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO, ORGANIZADO POR BACICH, TANZI & TREVISANI – PORTO ALEGRE: PENSO, 2015

O texto *Educação Híbrida: Um Conceito-Chave para a Educação, Hoje*, de José Moran, apresenta uma reflexão profunda sobre as transformações no cenário educacional contemporâneo, impulsionadas pelo avanço das tecnologias digitais e pela necessidade de personalização do ensino. O autor defende que a educação híbrida não é apenas uma combinação de métodos presenciais e virtuais, mas um conceito que representa uma mudança paradigmática na forma de ensinar e aprender, promovendo maior autonomia, flexibilidade e protagonismo por parte dos estudantes.

A educação híbrida, segundo Moran, é uma abordagem que integra de maneira intencional diferentes espaços, tempos, recursos e metodologias de ensino, com o objetivo de potencializar a aprendizagem. Ela combina o ensino presencial com o ensino online, criando oportunidades para que os alunos aprendam

em diferentes contextos e ritmos, de forma mais personalizada e ativa. O modelo híbrido não se limita à simples adição de recursos tecnológicos ao ensino tradicional, mas propõe uma reestruturação das práticas pedagógicas, valorizando o papel do estudante como agente ativo do próprio aprendizado.

Um dos pontos centrais do texto é a ideia de que o ensino híbrido favorece o protagonismo do aluno, que deixa de ser um receptor passivo de informações para se tornar um participante ativo no processo de construção do conhecimento. Nesse modelo, o estudante tem a oportunidade de escolher caminhos, explorar conteúdos de acordo com seus interesses e necessidades, e desenvolver competências essenciais para o século XXI, como o pensamento crítico, a criatividade, a colaboração e a autonomia. O papel do professor, por sua vez, se transforma de transmissor de conteúdo para mediador e facilitador da aprendizagem, atuando como um orientador que apoia, desafia e estimula os alunos em suas trajetórias individuais.

Moran destaca que a educação híbrida é uma resposta às demandas de um mundo cada vez mais dinâmico, interconectado e complexo, no qual o conhecimento está em constante transformação. O modelo híbrido permite a flexibilização do currículo, adaptando o ensino às realidades locais, aos contextos culturais e às particularidades de cada grupo de estudantes. A personalização da aprendizagem é um dos grandes potenciais da educação híbrida, pois possibilita que cada aluno avance de acordo com seu próprio ritmo, interesses e estilos de aprendizagem.

O autor apresenta diferentes modelos de ensino híbrido, como o modelo de rotação, no qual os alunos alternam entre atividades presenciais e online; o modelo flex, em que o aprendizado ocorre majoritariamente em ambientes virtuais, com suporte presencial quando necessário; o modelo à la carte, que oferece ao aluno a possibilidade de escolher disciplinas para cursar online, de forma complementar ao currículo tradicional; e o modelo virtual enriquecido, que combina encontros presenciais com uma forte presença do ensino online. Esses modelos demonstram a diversidade de possibilidades que o ensino híbrido oferece, permitindo que as escolas escolham ou adaptem as estratégias mais adequadas às suas realidades.

A integração das tecnologias digitais no ensino híbrido é um aspecto fundamental, mas Moran enfatiza que o foco não deve estar na tecnologia em si, e sim no uso pedagógico intencional desses recursos para enriquecer a experiência de aprendizagem. As tecnologias permitem o acesso a uma ampla gama de informações, recursos interativos, plataformas de aprendizagem, ambientes virtuais de colaboração e ferramentas de avaliação formativa. No entanto, o uso eficaz da tecnologia depende de um planejamento pedagógico cuidadoso, que considere objetivos de aprendizagem claros e metodologias ativas que engajem os alunos de forma significativa.

Outro aspecto relevante discutido no texto é a necessidade de repensar o papel da avaliação na educação híbrida. A avaliação tradicional, baseada em provas padronizadas e na memorização de conteúdos, não é suficiente para captar a complexidade das aprendizagens desenvolvidas em ambientes híbridos. Moran defende uma abordagem de avaliação mais ampla e formativa, que valorize o processo de aprendizagem, a autoavaliação, a avaliação por pares e o uso de portfólios digitais. A tecnologia,

neste contexto, pode ser uma aliada na coleta de evidências de aprendizagem, no acompanhamento do progresso dos alunos e na personalização do feedback.

Moran também destaca os desafios para a implementação da educação híbrida, que vão desde questões estruturais, como o acesso à tecnologia e à internet, até desafios pedagógicos e culturais, relacionados à resistência a mudanças e à necessidade de formação continuada dos professores. O sucesso do ensino híbrido depende do comprometimento de toda a comunidade escolar, da gestão pedagógica à equipe docente, passando pelos alunos e suas famílias. A formação de professores para atuar em contextos híbridos é essencial, incluindo o desenvolvimento de competências digitais, a capacidade de planejar atividades interativas e o domínio de metodologias ativas.

A cultura da inovação é um tema transversal no texto de Moran. O autor argumenta que a educação híbrida representa uma oportunidade para repensar o papel da escola na sociedade contemporânea, transformando-a em um espaço de inovação, criatividade e desenvolvimento de competências para a vida. A escola não é mais o único lugar onde o conhecimento é produzido e transmitido; ela deve se conectar com o mundo, integrando diferentes fontes de saber, promovendo o pensamento crítico e preparando os alunos para aprender de forma contínua ao longo da vida.

Por fim, Moran reforça que a educação híbrida não é uma moda passageira ou uma simples resposta às demandas tecnológicas, mas uma tendência irreversível na evolução dos processos de ensino e aprendizagem. O modelo híbrido amplia as possibilidades pedagógicas, permitindo que a educação seja mais inclusiva, personalizada e alinhada às necessidades do século XXI. O desafio está em construir práticas pedagógicas que não apenas utilizem a tecnologia, mas que a integrem de forma crítica e reflexiva, promovendo aprendizagens significativas e preparando os alunos para os desafios de um mundo em constante transformação.

O texto Educação Híbrida: Um Conceito-Chave para a Educação, Hoje é uma leitura essencial para educadores, gestores e formuladores de políticas públicas que buscam compreender as potencialidades e desafios do ensino híbrido. José Moran oferece uma análise inspiradora e provocadora sobre o futuro da educação, destacando a importância de uma abordagem flexível, centrada no aluno e aberta à inovação, capaz de transformar a experiência de aprender e ensinar em um mundo cada vez mais conectado e dinâmico.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor De Educação Básica II – PEB II – História

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - EDUCAÇÃO É A BASE. – ASSUNTOS RELACIONADOS À HISTÓRIA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um marco na história da educação brasileira, estabelecendo diretrizes para garantir a equidade e a qualidade do ensino no país. Para compreender sua importância, torna-se essencial analisar a evolução da educação no Brasil, desde o período colonial até a contemporaneidade, destacando as transformações, desafios e avanços que culminaram na formulação desse documento normativo.

A história da educação brasileira inicia-se no século XVI, com a chegada dos jesuítas, cuja missão era catequizar os indígenas e estruturar a formação da elite colonial. A pedagogia jesuítica baseava-se nos moldes europeus e priorizava o ensino humanista, influenciado pela filosofia escolástica. O ensino formal era restrito a uma parcela privilegiada da população, enquanto a maior parte dos habitantes da colônia não tinha acesso à alfabetização. A expulsão dos jesuítas em 1759, por ordem do Marquês de Pombal, resultou na laicização da educação e na tentativa de modernização do ensino. No entanto, as reformas pombalinas não promoveram uma democratização efetiva do acesso à educação, que permaneceu elitista e precária.

Com a Independência do Brasil em 1822, consolidou-se a necessidade de um sistema educacional estruturado para formar cidadãos aptos a contribuir com o desenvolvimento do país. A Constituição de 1824 estabeleceu a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, mas a implementação foi limitada. O ensino secundário e superior eram acessíveis apenas às classes mais altas, perpetuando as desigualdades educacionais. Durante o século XIX, surgiram os primeiros debates sobre a necessidade de um currículo unificado para garantir maior coesão ao ensino. A criação de instituições como o Colégio Pedro II, em 1837, demonstrava uma preocupação com a padronização da educação, embora ainda restrita a poucos.

A Proclamação da República em 1889 trouxe novos desafios e debates sobre a educação. O ensino passou a ser considerado um instrumento essencial para a formação do cidadão republicano. As reformas educacionais lideradas por Rui Barbosa e Benjamin Constant enfatizaram a necessidade de uma educação mais pragmática e científica. Entretanto, a descentralização do ensino dificultou a implementação de um sistema padronizado, gerando grandes disparidades regionais. No início do século XX, intelectuais como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo defenderam uma educação pública, gratuita e laica, inspirada nos princípios da Escola Nova. Essa corrente pedagógica valorizava o aprendizado ativo, a formação integral do indivíduo e a adaptação dos currículos às necessidades sociais e econômicas do país.

A Era Vargas (1930-1945) representou um marco na estruturação da educação nacional. Em 1934, a Constituição determinou a obrigatoriedade da educação primária e a

participação do Estado na organização do ensino. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 reforçou o papel do governo federal na formulação de políticas educacionais. Em 1942, foram instituídas as Reformas Capanema, que organizavam o ensino secundário e técnico, buscando atender às demandas da industrialização crescente no país. Essas medidas consolidaram um modelo educacional mais estruturado, mas ainda excludente.

A promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1961 representou um avanço significativo na normatização da educação brasileira. A LDB estabeleceu princípios fundamentais para a organização do ensino, embora não tenha sido capaz de superar as desigualdades educacionais. Durante a Ditadura Militar (1964-1985), a educação foi instrumentalizada para atender aos interesses do regime. A LDB de 1971 reforçou a educação técnica e profissionalizante, preparando mão de obra para o mercado de trabalho. A universalização do ensino fundamental começou a ser ampliada, mas persistiram problemas de qualidade e acesso.

A redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição de 1988 representaram um marco na garantia do direito à educação. O artigo 205 estabeleceu que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, promovendo o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e do trabalho. A nova LDB de 1996 consolidou avanços importantes, como a descentralização do ensino, a valorização dos professores e a inclusão de conteúdos obrigatórios no currículo nacional. No entanto, a diversidade regional e a falta de um currículo unificado dificultavam a garantia de um ensino de qualidade para todos os brasileiros.

A BNCC, homologada em 2017 para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e em 2018 para o Ensino Médio, representa um esforço para garantir um currículo unificado e a equidade na aprendizagem. A BNCC estabelece competências e habilidades essenciais que todos os estudantes devem desenvolver, independentemente da região onde estudam. Entre seus principais objetivos, destacam-se a promoção da educação integral, o incentivo ao pensamento crítico e a valorização da diversidade cultural brasileira. A BNCC também reforça a importância do letramento digital e da interdisciplinaridade, preparando os alunos para os desafios do século XXI. No entanto, sua implementação enfrenta desafios, como a necessidade de formação continuada dos professores, a adequação das escolas às novas diretrizes e a superação das desigualdades estruturais do sistema educacional brasileiro.

A trajetória da educação no Brasil evidencia um processo marcado por avanços e desafios. A BNCC surge como um instrumento essencial para a construção de uma educação mais equitativa e de qualidade, mas sua efetividade depende de investimentos, políticas públicas consistentes e do engajamento de toda a sociedade. A história educacional brasileira demonstra que a construção de um ensino acessível e eficiente é um

processo contínuo, que exige comprometimento e inovação para garantir que a educação seja, de fato, a base do desenvolvimento nacional.

ENSINO DE HISTÓRIA: SABER HISTÓRICO ESCOLAR

O ensino de História tem sido uma ferramenta essencial para a construção da identidade social e cultural das sociedades ao longo dos séculos. No contexto escolar, o saber histórico não se limita à transmissão de informações sobre eventos passados, mas também envolve a formação do pensamento crítico, a compreensão da temporalidade e a relação entre diferentes processos históricos. O ensino de História evoluiu conforme mudanças epistemológicas e pedagógicas, adaptando-se aos desafios contemporâneos e às demandas da sociedade.

Historicamente, o ensino de História no Brasil passou por diferentes fases. Durante o período colonial, o ensino era controlado pelos jesuítas, que enfatizavam uma perspectiva eurocêntrica e religiosa. Com a independência do Brasil em 1822, o ensino de História passou a focar na construção de uma identidade nacional, destacando heróis e feitos políticos. Durante o regime militar (1964-1985), o ensino foi moldado para reforçar valores patrióticos e minimizar questões críticas sobre a sociedade brasileira. Apenas com a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, o ensino de História passou a enfatizar uma visão pluralista, incluindo diferentes atores sociais e abordagens críticas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada recentemente, reforça a importância do ensino de História na formação cidadã. O documento define que o ensino histórico deve priorizar a compreensão dos processos sociais e culturais em uma perspectiva ampla, incorporando temas como história das populações indígenas, africanas e afro-brasileiras, e promovendo a valorização da diversidade. O conhecimento histórico escolar, portanto, deve ser contextualizado, dialógico e voltado para a compreensão crítica dos fenômenos sociais.

A construção do saber histórico escolar está atrelada à formação docente e à metodologia utilizada em sala de aula. O professor de História atua como mediador do conhecimento, estimulando o pensamento crítico e o debate. Diferentes abordagens pedagógicas podem ser utilizadas para a construção do conhecimento histórico, como a análise de documentos históricos, o uso de fontes primárias, a relação entre o passado e o presente e a inclusão de perspectivas múltiplas. A adoção de metodologias ativas, como projetos interdisciplinares e aprendizagem baseada em problemas, também contribui para a formação de um saber histórico mais dinâmico e participativo.

Além disso, as tecnologias digitais transformaram significativamente o ensino de História. Recursos como plataformas educacionais, museus virtuais, bancos de dados históricos e simulações interativas permitem um ensino mais dinâmico e acessível. A interatividade proporcionada pelas novas tecnologias amplia o alcance do ensino, permitindo que os estudantes se tornem agentes ativos na construção do conhecimento. No entanto, é fundamental que o uso dessas ferramentas esteja aliado a uma análise crítica das fontes e à contextualização histórica adequada.

Apesar dos avanços, o ensino de História ainda enfrenta desafios. Um dos principais é a desvalorização das ciências humanas em alguns contextos políticos e educacionais, que impactam a carga horária e o investimento na formação de professores. Além disso, a falta de materiais didáticos adequados e a necessidade de atualização constante dos currículos representam obstáculos para um ensino de qualidade. A formação continuada dos docentes e a adoção de estratégias pedagógicas inovadoras são essenciais para superar esses desafios e fortalecer o ensino de História no Brasil.

SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CONTEÚDOS HISTÓRICOS: METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

A seleção e a organização de conteúdos históricos constituem um dos pilares fundamentais da metodologia do ensino de História. Ao longo do tempo, diferentes abordagens foram desenvolvidas para garantir que o conhecimento histórico não apenas transmitisse informações, mas também fomentasse a reflexão crítica e o desenvolvimento de uma consciência histórica nos alunos. A definição do que ensinar, como ensinar e por que ensinar determinados conteúdos reflete não apenas uma escolha pedagógica, mas também um debate político e epistemológico sobre a construção do saber histórico escolar.

A organização curricular da disciplina de História tem sido influenciada por diferentes paradigmas ao longo da história da educação. Durante o período colonial e imperial, o ensino era rigidamente centrado em uma história eurocêntrica, marcada por uma abordagem conteudista e memorística. A evolução das ciências históricas, principalmente no século XX, e a consolidação de novas perspectivas metodológicas resultaram em uma gradativa transformação na forma como os conteúdos são selecionados e organizados. A influência da Escola dos Annales, por exemplo, trouxe à tona uma história mais social e cultural, distanciando-se do modelo tradicional baseado em eventos e personagens ilustres.

Com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil, a seleção e a organização dos conteúdos históricos foram reformuladas para garantir um ensino mais crítico e abrangente. A BNCC enfatiza a importância do ensino de História através de uma perspectiva que valoriza a multi perspectiva, o protagonismo de diferentes sujeitos históricos e a articulação entre contextos locais, nacionais e globais. Nesse sentido, o ensino não se restringe à transmissão linear e cronológica dos fatos, mas busca desenvolver nos alunos a capacidade de interpretar documentos históricos, problematizar o passado e compreender as relações de poder presentes na construção do conhecimento histórico.

A metodologia utilizada na seleção de conteúdos deve considerar a relevância do conhecimento para a formação cidadã dos estudantes. O ensino de História não deve ser um mero acúmulo de datas e nomes, mas sim uma forma de compreensão das estruturas sociais, econômicas e políticas que moldaram as sociedades ao longo do tempo. Para isso, é essencial a utilização de fontes diversas, como documentos escritos, imagens, relatos orais, mapas, filmes e outros elementos que permitam uma aproximação mais complexa e dinâmica com o passado.

Outro aspecto importante na metodologia do ensino de História é a interdisciplinaridade. A relação entre a História e outras disciplinas, como Geografia, Sociologia, Filosofia e Literatura, potencializa o aprendizado ao demonstrar como os fenômenos históricos estão interligados a outros saberes. Dessa forma, a seleção de conteúdos históricos deve considerar abordagens interdisciplinares, permitindo que os alunos compreendam os acontecimentos de forma contextualizada e integrada.

A avaliação também desempenha um papel crucial na seleção e organização dos conteúdos históricos. Métodos tradicionais, como provas dissertativas e objetivas, ainda são amplamente utilizados, mas novas formas de avaliação, como projetos interdisciplinares, produção de textos reflexivos e análise de fontes históricas, têm sido incorporadas com o objetivo de tornar a aprendizagem mais significativa. A avaliação não deve ser vista apenas como um instrumento de mensuração do desempenho do aluno, mas como um mecanismo de orientação do ensino, permitindo ajustes na seleção dos conteúdos e nas estratégias didáticas.

A diversidade e a inclusão também são fatores fundamentais na seleção dos conteúdos históricos. Durante muito tempo, a História ensinada nas escolas privilegiou uma narrativa centrada nos grandes feitos dos estadistas, militares e governantes. Hoje, busca-se ampliar essa perspectiva para incluir a história dos povos indígenas, africanos, mulheres, trabalhadores e outros grupos sociais que foram historicamente marginalizados. A Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, é um exemplo desse avanço na seleção de conteúdos históricos que contemplem a diversidade da sociedade brasileira.

TRABALHO COM DOCUMENTOS E DIFERENTES LINGUAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA

O ensino de História tem passado por profundas transformações ao longo do tempo, buscando superar a tradicional transmissão linear e conteudista dos fatos para um modelo que privilegia a compreensão crítica dos processos históricos. Nesse sentido, o trabalho com documentos e diferentes linguagens tornou-se um elemento essencial na construção do conhecimento histórico escolar, pois permite que os alunos se tornem sujeitos ativos na interpretação do passado e na compreensão das relações entre diferentes contextos temporais e espaciais.

A utilização de documentos no ensino de História tem como principal objetivo aproximar os alunos da prática investigativa dos historiadores, proporcionando-lhes a oportunidade de trabalhar com fontes primárias e secundárias. Documentos escritos, iconográficos, cartográficos, orais e materiais possibilitam uma compreensão mais ampla e diversificada dos processos históricos, ao mesmo tempo em que estimulam o desenvolvimento de habilidades de leitura, análise e interpretação crítica.

A análise de fontes escritas, como cartas, diários, tratados, legislações e artigos de jornais, permite que os estudantes compreendam as perspectivas e intencionalidades dos diferentes sujeitos históricos. No entanto, essa abordagem

exige um trabalho cuidadoso de contextualização e reflexão sobre a autenticidade, autoria e intencionalidade do documento, evitando anacronismos e leituras simplistas.

Já as fontes iconográficas, como pinturas, gravuras, fotografias e cartazes, são recursos que enriquecem o aprendizado ao permitir a visualização de elementos simbólicos, culturais e sociais que nem sempre estão explicitamente descritos nos documentos escritos. O uso dessas fontes promove a discussão sobre a construção de imagens e representações do passado, incentivando a leitura crítica das formas de registro da História.

As fontes cartográficas, como mapas e plantas urbanas, são essenciais para a compreensão das transformações espaciais ao longo do tempo, possibilitando a análise de mudanças territoriais, urbanísticas e ambientais. Essas fontes auxiliam na compreensão da dinâmica da ocupação humana e da influência dos espaços geográficos nas relações históricas e sociais.

A História Oral também desempenha um papel significativo no ensino da disciplina. Relatos e depoimentos de testemunhas oculares oferecem uma visão subjetiva e emocional dos acontecimentos, permitindo que os estudantes percebam a História como um processo vivo e dinâmico. Essa abordagem também possibilita o resgate da memória coletiva e o reconhecimento da diversidade de experiências e perspectivas.

O trabalho com diferentes linguagens também tem ganhado espaço na metodologia do ensino de História. O uso de textos literários, filmes, músicas, quadrinhos e jogos didáticos amplia as possibilidades de compreensão histórica, tornando o aprendizado mais dinâmico e acessível. A literatura, por exemplo, permite o contato com narrativas que exploram contextos históricos de forma subjetiva e detalhada, promovendo a empatia e a reflexão crítica.

O cinema e as séries históricas podem ser utilizados como recursos pedagógicos para ilustrar acontecimentos, estimular debates e questionar interpretações sobre o passado. No entanto, é fundamental que o professor oriente os alunos sobre os limites e as licenças artísticas presentes nessas produções, garantindo uma análise crítica dos conteúdos.

As músicas e os quadrinhos também são ferramentas pedagógicas eficazes para explorar aspectos culturais e ideológicos de diferentes épocas, enquanto os jogos didáticos favorecem a interação e a experimentação de situações históricas. Essas abordagens inovadoras contribuem para a ampliação do repertório dos estudantes, desenvolvendo suas habilidades interpretativas e críticas.

Portanto, o trabalho com documentos e diferentes linguagens no ensino de História representa um caminho essencial para a formação de alunos mais críticos, reflexivos e capazes de compreender a complexidade dos processos históricos. A diversificação das fontes e das metodologias permite um ensino mais significativo, promovendo a autonomia dos estudantes na construção do conhecimento histórico e na compreensão das relações entre passado e presente

**CONHECIMENTO HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO:
SABER HISTÓRICO E HISTORIOGRAFIA**

O conhecimento histórico contemporâneo se configura a partir de uma complexa interação entre os diferentes paradigmas da História e a Historiografia, ou seja, a reflexão sobre os métodos, fontes e interpretações que moldam a construção do passado.

A História, como campo de estudo, não se limita à narração de fatos, mas se estabelece como uma disciplina dinâmica, que busca compreender processos e transformações sociais a partir de diferentes abordagens e perspectivas.

A Historiografia pode ser entendida como o estudo da escrita da História e das diferentes formas de compreensão do passado ao longo do tempo. Tradicionalmente, as narrativas históricas estiveram fortemente influenciadas por interpretações políticas, religiosas e ideológicas, que moldaram os discursos e a seleção de eventos considerados relevantes. A partir do século XIX, com o desenvolvimento da História como disciplina acadêmica, consolidaram-se as bases do chamado positivismo histórico, que enfatizava a busca por uma História “científica”, fundamentada na documentação rigorosa e na objetividade.

No entanto, ao longo do século XX, novas correntes metodológicas emergiram, questionando a neutralidade e a imparcialidade do historiador. A Escola dos Annales, por exemplo, revolucionou a Historiografia ao propor uma abordagem mais ampla, que considerava não apenas eventos políticos, mas também aspectos econômicos, sociais e culturais. A História passou a ser vista como um campo interdisciplinar, dialogando com a Sociologia, a Antropologia, a Geografia e outras ciências humanas.

O conceito de saber histórico também evoluiu ao longo das últimas décadas. De uma visão restrita ao ensino formal e à produção acadêmica, passou-se a considerar a História como um elemento presente no cotidiano das sociedades, manifestando-se na cultura popular, na memória coletiva e na identidade dos grupos sociais. A memória histórica, muitas vezes, difere das narrativas acadêmicas, pois é influenciada por experiências individuais, discursos políticos e construções ideológicas.

O historiador contemporâneo precisa lidar com uma diversidade de fontes e métodos. Além dos documentos escritos, a História Oral tem se mostrado uma ferramenta essencial para acessar perspectivas marginalizadas e recuperar vozes que não foram contempladas nas fontes tradicionais. O uso de imagens, filmes, arquivos digitais e fontes arqueológicas também ampliou as possibilidades de investigação histórica, permitindo um entendimento mais plural e dinâmico do passado.

Outro aspecto fundamental do conhecimento histórico contemporâneo é o debate sobre a “História Pública”, que busca aproximar o saber acadêmico do público geral. Museus, redes sociais, documentários e outras formas de divulgação histórica se tornaram espaços essenciais para a disseminação do conhecimento, desafiando o monopólio acadêmico da História e permitindo que diferentes grupos sociais participem ativamente da construção de narrativas sobre o passado.

A História também se tornou um campo de disputas políticas e ideológicas, em que diferentes atores sociais utilizam interpretações do passado para legitimar suas posições no presente. O negacionismo histórico, por exemplo, representa

um dos desafios atuais para os historiadores, uma vez que a distorção de fatos e a propagação de falsas narrativas podem comprometer a compreensão crítica da História.

Diante dessas questões, o ensino de História assume um papel crucial na formação do pensamento crítico e na compreensão da complexidade dos processos históricos. A forma como o passado é ensinado influencia diretamente a formação da identidade e da consciência histórica dos indivíduos. Por isso, é essencial que a educação histórica contemple abordagens diversificadas, incentivando o questionamento, a análise crítica das fontes e o respeito à pluralidade de interpretações.

HISTÓRIA E TEMPORALIDADE

A história não pode ser pensada sem o tempo, pois ele é a condição essencial para que os acontecimentos possam ser estudados, contextualizados e compreendidos. A temporalidade é, portanto, o eixo central da prática histórica, sendo fundamental para que possamos distinguir as diferentes fases do passado e perceber as transformações que marcaram o processo de evolução das sociedades. O tempo histórico, ao contrário do tempo cronológico ou natural, não se limita à simples sucessão de eventos; ele é permeado por contextos culturais, políticos e sociais, e é estruturado em ritmos e lógicas distintas, conforme as realidades que o compõem.

Historiadores, ao abordarem o conceito de tempo, frequentemente enfrentam o desafio de como organizar e periodizar os eventos passados. A periodização é uma ferramenta utilizada para dividir a história em blocos temporais, com a intenção de facilitar a compreensão e a análise de grandes processos históricos. Esse processo, no entanto, não é isento de críticas. Muitos historiadores apontam que a periodização tradicional, que geralmente divide a história em Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea, pode simplificar ou distorcer as complexas interações e transições que marcaram diferentes épocas. A temporalidade não deve ser vista como algo rígido ou linear, mas como um processo dinâmico e multifacetado, que envolve rupturas e continuidades, momentos de estagnação e de grande transformação.

No estudo da história, a noção de que os eventos seguem uma linha contínua e previsível tem sido cada vez mais questionada. A visão de uma história linear, com uma progressão contínua em direção ao progresso e ao desenvolvimento, tem sido desafiada por correntes historiográficas que enfatizam a complexidade e a multiplicidade de tempos que coexistem ao longo da história. A ideia de tempo linear, muito presente nas narrativas clássicas de civilização, não leva em consideração as diversas temporalidades que coexistem em diferentes culturas, regiões e momentos históricos.

A história, como processo não linear, é marcada por discontinuidades, rupturas e eventos imprevistos que alteram o curso das sociedades. Essas rupturas podem ser observadas em eventos como revoluções, guerras, crises econômicas, desastres naturais e transformações sociais abruptas, que desafiam as interpretações convencionais sobre a evolução gradual das sociedades. Esse entendimento mais flexível da temporalidade